

Nas margens da política: trajetória, narrativa e mediação na Baixada Fluminense (RJ/Brasil)

Alessandra Siqueira Barreto

É professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Uberlândia/Brasil. Doutora em Antropologia Social pelo PPGTAS/Musue Nacional /UFRJ e Pós-doutora em Antropologia pelo Departamento de Antropologia do ISCTE/ Portugal (bolsa do CNPq 2008/2009). E-mail: alessandrabarre@fafcs.ufu.br

Resumo

Neste artigo pretendo abordar a construção do campo político fluminense, particularmente da Baixada Fluminense (RJ), uma área conhecida pela pobreza e violência, a partir da trajetória de um conhecido, e ativo, político local: Jorge Gama. Sua trajetória permite-nos perceber ao longo da história local e regional como as imagens e representações sobre a região Baixada alteram e re-inventam as diversas concepções acerca da política e do fazer político. A mediação política e cultural é trazida como uma das características de sua *persona* e condição de possibilidade de sua manutenção no *mundo da política*. **Palavras-chave:** Política. Trajetória. Mediação política e cultural. Baixada Fluminense.

Abstract

In this article I intend to present the construction of the Fluminense political field, particularly the Baixada Fluminense (RJ), an area known for poverty and violence, from the trajectory of a known and active local political: Jorge Gama. His trajectory allows us to understand the local and regional history as the images and representations on the Baixada change and re-invent the different conceptions of politics. The political and cultural mediation is brought as one of the characteristics of his *persona* and condition of possibility of his maintaining in the political world.

Keywords: Politics. Trajectory. Cultural and political mediation. Baixada Fluminense.

De perto e de longe: a Baixada e suas relações com o Rio de Janeiro

Usualmente ancorada na definição de Geiger e Santos¹, a Baixada Fluminense é identificada como uma área de planícies baixas constantemente alagadas entre o litoral e a Serra do Mar, e distribui-se pelos municípios ao longo da Rodovia Presidente Dutra, numa extensão de aproximadamente 80 km a partir da cidade do Rio de Janeiro.

Sua ocupação ocorreu de forma lenta desde o século XVI, período em que a região foi fornecedora e distribuidora de matérias-primas diversas (cana-de-açúcar, café, etc) à capital (Rio de Janeiro). No entanto, um dos

processos mais significativos de ocupação da Baixada teve início com a construção da estrada de ferro D. Pedro II já no século XIX. A ampliação da linha férrea até Queimados, em 1858, promoveu a atração e fixação da população que se deslocou para a região às margens da linha do trem, estabelecendo um padrão que ainda hoje é marcante em quase a totalidade das cidades que a compõem. Tal processo implicou no abandono das vias fluviais, até então fundamentais para a economia local, que acabaram tornando-se obsoletas.

Um segundo momento crucial foi, já na década de 1930, a criação da Comissão de Saneamento da Baixada e o Departamento Nacional de Obras de Saneamento que trouxeram mudanças e repercutiram no novo fluxo

¹ GEIGER, Pedro Pichas e SANTOS, Ruth Lira. *Notas sobre a evolução da ocupação humana da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro, IBGE, 1956.

a partir de 1940². Algumas obras também contribuíram nesse processo, como por exemplo, a construção da Avenida Brasil em 1946, da Rodovia Presidente Dutra (inaugurada em 1951) e os investimentos que, graças aos loteamentos, surgiram a partir daí, atraindo migrantes de várias regiões do país e do estado, mas principalmente de nordestinos, em busca da possibilidade de adquirir um lote e de morar próximo ao seu local de trabalho — o município do Rio de Janeiro. Com isso, as décadas de 1950 e 1960 representaram o período de maior crescimento populacional da região, bastante superior ao restante do estado (crescimentos de mais de 100% só na década de 1950)³.

Aos loteamentos, que determinaram um tipo de ocupação marcado pela presença majoritária das camadas populares em áreas que não apresentavam as mínimas condições de infra-estrutura⁴, somaram-se as disputas pela terra, desencadeando um violento processo que teve à sua frente jagunços e capatazes dos grandes proprietários da região que, na grande maioria dos casos, jamais residiram nessas localidades⁵.

As narrativas de moradores locais confirmam os dados e retomam a saga — desde a cidade de origem, passando pela viagem de muitas horas em ônibus precários ou em paus-de-arara, sozinhos ou com toda a família; o sol e a chuva enfrentados pelo caminho e, por fim, a chegada ao Rio de Janeiro⁶. O desembarque, mencionado em muitos dos relatos que escutei, ocorria, por exemplo, no bairro carioca de Campo de São Cristóvão — local onde os homens eram avaliados para possível trabalho na construção civil — e o destino final era, geralmente, uma das favelas do município ou alguma cidade da Baixada Fluminense. As redes familiares e de amizade apresentavam-se como fatores decisivos no momento da escolha do local de moradia. Contar com o auxílio, ainda que temporário, de um irmão, cunhado, prima ou amigo era essencial para quem não tinha casa, dinheiro ou mesmo uma ocupação. Alguns poucos já chegavam empregados — via de regra, por intermédio

desses parentes/ amigos — mas nem todos tinham a mesma sorte.

Minha família, é uma família humilde, né? Meus pais são analfabetos, vieram do Nordeste [Pernambuco] tentar a vida no Rio de Janeiro e sempre trabalhando pra que pudesse[m] nos sustentar e dar estudo para a gente, né? Mas as condições [...] como é normal no Rio de Janeiro, acho que no país todo [...] É difícil para as pessoas que não têm condições e a vida muito sacrificada. É pai trabalhando em feira, é [...] ajudante de caminhão, eu, meu irmão, minha irmã também trabalhamos em feira, em barraca, enfim nós trabalhamos muito pra chegar onde nós chegamos” (Waldir Zito, ex-prefeito de Belford Roxo, 03/02/2004).

Minha família veio pra Nova Iguaçu sem nada, só com a coragem mesmo. [...] Porque senão, iam passar fome, né? Eu nasci aqui, sou daqui da Baixada mesmo, mas já fui lá pro Norte, lá pra casa dos meus parentes [Sergipe], mas eu não troco isso aqui por lá, não (M., 36 anos, casada, professora primária, 09/06/2004).

Outra característica marcante da Baixada é o seu fluxo constante. Apesar de algumas de suas representações estarem ancoradas construções a partir de um “universo rural”, “cidade pequena”, o movimento é incessante e as estradas que atravessam e cortam a Baixada demonstram esse fluxo permanente. Duas principais a atravessam diametralmente: a Estrada de Ferro D. Pedro II (atualmente, SUPERVIA) e a Rodovia Presidente Dutra (BR 116). A circulação incessante de gente, de carros, de imagens aponta, ao mesmo tempo, para uma estética homogeneizante e para a multiplicidade de significados em jogo. Haveria, assim, o olhar seqüencial e indistinto de quem simplesmente passa por ali e a percepção matizada de quem se atreve a parar, a desvendá-la⁷.

Sua ligação com o município do Rio de Janeiro não

² Na década de 1930 já percebemos tal migração devida fundamentalmente à citricultura em Nova Iguaçu que terá seu declínio com o início da Segunda Grande Guerra.

³ Fonte IBGE, 1996.

⁴ As primeiras áreas loteadas localizavam-se nos distritos, hoje municípios, de Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis devido à sua proximidade com a cidade do Rio de Janeiro.

⁵ GRZYNSZPAN, Mário. “Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti”, In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.14. Rio de Janeiro: Vértice, ANPOCS, outubro, 1990. ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio. Uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH, CLIO, 2003.

⁶ BARRETO, Alessandra Siqueira. *Cartografia Política: as faces e fases da política na Baixada Fluminense*. Tese (Doutorado em Antropologia) Rio de Janeiro: PPGAS/ Museu Nacional/ UFRJ, 2006.

⁷ *Ibidem*. “Um olhar sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores”. In: *Campos*, 5 (2), 2004, p.45-64.

se dá apenas pela proximidade. As fronteiras entre os dois não são sequer tão rígidas e alguns bairros do subúrbio carioca são por vezes “incorporados” à Baixada ou vice-versa. Um outro fator representativo dessa relação refere-se ao número expressivo de moradores da região que faz diariamente o trajeto Baixada — Rio de Janeiro — Baixada para trabalhar ou estudar. Os trens e ônibus lotados em direção ao Rio no horário da manhã e no sentido oposto à tarde marcam o contato diário de cerca de 300 mil pessoas da Baixada com a capital carioca em uma viagem (e esta é uma categoria nativa) que pode durar de uma a quatro horas, dependendo do dia da semana, do município de origem e do horário de saída⁸.

Esta circulação é mais que o movimento pendular de trabalhadores das regiões periféricas, ela acaba por propiciar o contato com mundos sociais diferentes e as situações de co-presença são marcadas ora pelo intercâmbio, ora pelo conflito. Há certa ambigüidade na construção das representações sobre o Rio e os cariocas por parte dos moradores da Baixada, assim como o contrário, dependendo do contexto. No entanto, a troca de acusações recíprocas marca essa relação: aos moradores da Baixada cabem os qualificativos de “bregas”, “pobres”, “gentinha”, “cafonas”, “perigosos”; aos cariocas “esnobes”, “bestas”, “filhinhos de papai”, “patricinhas”.

A construção de uma “fala política”: trajetória e mediação

A política na Baixada Fluminense⁹ não pode, de modo algum, ser entendida à parte das representações sobre o lugar. Para compreendermos este quadro, devemos excluir o ponto de vista estático para pensar tais representações assim como a política em processos constantes de abertura e fechamento, aglutinação e reformulação, densidade e esvaziamento.

Nesse sentido, as imagens e representações acerca do lugar misturam-se a personalidades políticas e aos

estigmas, atribuindo um caráter especial à “personalização” enquanto uma das dinâmicas constitutivas das redes políticas da região, operada a partir de indivíduos-chave e da busca por seus interesses particulares, ora valendo-se de partidos, ora de redes mais amplas para atingir seus objetivos¹⁰. Desse modo, ao transformar Jorge Gama em narrador de uma das *versões* sobre a Baixada, pretendemos trazer à tona um olhar sobre a política local e seu *modus operandi*, ao mesmo tempo em que lançar luz às possibilidades de re-invenção sobre a Baixada.

Jorge Gama nasceu em 19 de setembro de 1942. Carioca “do Rocha” (subúrbio do Rio de Janeiro), mudou-se para Nova Iguaçu com seis anos de idade, juntamente com o pai, a mãe e os três irmãos. Seu pai, Manuel de Barros, era imigrante português nascido durante o regime salazarista. Era comerciante, dono de uma carvoaria em Nova Iguaçu e de um botequim, localizado onde hoje situa-se o município de Mesquita. Sua mãe, Noêmia de Oliveira Gama de Barros, era dona de casa. Jorge fez o primário (hoje chamado de ensino fundamental) no Colégio Iguaçuanos — na época, uma das melhores e mais tradicionais instituições educacionais privadas da cidade e referência local, ainda hoje. Aos 12 anos, foi trabalhar no Fórum, estudando à noite no Colégio Monteiro Lobato (uma tradicional escola da rede pública). Continuou trabalhando no cartório e, aos 18 anos, foi nomeado escrevente. Quando concluiu o curso de direito pela Universidade Federal Fluminense, em 1969, optou por não fazer concurso e permanecer no cartório onde “ganhava bem”.

Sua fase adulta transcorreu durante os anos de ditadura no Brasil. Em um primeiro momento, o regime autoritário cassou mandatos parlamentares e instituiu o AI-2 (que implicou a extinção dos partidos políticos) e, logo em seguida, o bipartidarismo (ARENA e MDB), permitindo o funcionamento, ainda que parcial, da sociedade política e garantindo sua legitimidade com base na percepção de que tal situação seria transitória¹¹.

⁸ Alguns municípios fazem divisa com a cidade do Rio: Duque de Caxias, São João de Meriti e Itaguaí. O município mais perto é Duque de Caxias que fica a 13 km do centro Rio, enquanto que o mais distante fica a cerca de 80 km.

⁹ Hoje, a configuração mais ampla da região (da qual me utilizo) abrange 13 municípios — Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, Belford Roxo, São João de Meriti, Duque de Caxias, Magé e Guapimirim — contando com uma população de mais de 3 milhões de habitantes.

¹⁰ GRZYNSZPAN, Mário. “Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti”, In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.14. Rio de Janeiro: Vértice, ANPOCS, outubro, 1990. FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao exterminio. Uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH, CLIO, 2003.

¹¹ O MDB surgia, oficialmente (registrado na Justiça Eleitoral, apesar de existir desde finais de 1965), em 24 de março de 1966. Nascido sob o signo da oposição ao regime — e “batizado” por Tancredo Neves (Ulysses Guimarães preferia a palavra ação a

Assim, a estratégia de manter dois partidos políticos visava evitar a desconfiança e o descrédito gerados por um sistema autoritário *strito sensu*¹². No entanto, o processo político implementado pelo novo regime não conseguiu diferir das antigas relações patrimonialistas e clientelistas¹³ já que necessitava angariar apoio, negociando cargos e privilégios com os antigos — e tradicionais — donos do poder¹⁴. Este é o momento posterior da “abertura” são significativos para o entendimento da política na Baixada Fluminense, além de constituírem o contexto de surgimento de algumas trajetórias políticas expressivas em termos mais gerais. Nessa época, entraram em cena novos atores que, vinculados ou não aos militares, perpetuaram-se na vida política local e ainda demonstram sua influência e prestígio, mesmo após 20 anos de democracia.

Apesar de uma análise da situação sobre o município de Nova Iguaçu estar ausente da narrativa de Jorge Gama durante a primeira entrevista que me concedeu, na Baixada Fluminense como um todo tal situação explicitava-se pelo grau de intervenção nos municípios¹⁵. Nas cidades adjacentes, a situação de ingerência era a mesma. Duque de Caxias, após a lei 5.449, de 4 de junho de 1968, tornou-se área de segurança nacional devido à presença de uma refinaria de petróleo e de uma rodovia interestadual (a Rodovia Washington Luís). Foi sob esse clima político que teve início a vida pública de Jorge

Gama. Filiado ao MDB desde 1967, a política lhe interessava, mas ainda com certa distância e muito ligada às suas relações pessoais e a um “estilo contestador”.

Aqui, em Nova Iguaçu, tinha um fato interessante. Lançava-se um candidato, assim, da nossa patota, da nossa turma e aí, nós apoiávamos. Vamos votar no cara, vamos botar ele na Câmara. Era uma coisa muito despolitizada, muito eleitoral. Era um modismo. Pegava um nome, uma espécie de liderança na turma e botava ele na Câmara. Nós fizemos isso com o Mauro Miguel, amigo, boêmio. Demos uma força e o elegemos. Bom, depois com a ditadura começou a ter um grupo que pensava, que conversava, que trocava idéias. E esse grupo se reunia, informalmente, perto do Fórum, num bar que tinha na esquina, em frente à estação [ferroviária], era o bar do Zuza. Todo mundo ia pra lá de noite tomar cerveja, conversar e trocar idéia. Era quase semelhante àquele grupo do Pasquim, um pouco influenciado pelo grupo do Pasquim¹⁶. Era o Robson, que é dono do Correio da Lavoura¹⁷; eu, o Sérgio Fonseca, o Elias Diniz, o Roque Bone (Roque da Paraíba, compositor e pintor), Hugo Freitas (artista), Paulo Faria, Paulo Amaral. Aquilo era um centro de debate, de contestação ao prefeito, à política da ditadura. E aí se criou, no Correio da Lavoura, uma coluna chamada ‘O Negócio é o seguinte’. Era uma coluna livre e cada um

movimento) — o partido foi inicialmente presidido por um general, Oscar Passos, Senador pelo Acre e, a princípio, pouco defrontava o partido do governo, a ARENA. (DHBB, 2001). Segundo Diniz (1982), o MDB fluminense caracterizava-se (no período de 1965-1979) por um alto grau de heterogeneidade, congregando diferentes facções que disputariam a hegemonia interna pelo poder no partido. A autora faz uma análise da máquina chaguista — desde sua estruturação e ascensão, até a articulação de suas bases de apoio — demonstrando a construção de um aparato ligado essencialmente ao clientelismo, suas implicações dentro da estrutura urbana e sua relação com as massas.

¹² Segundo Avritzer, “o regime autoritário permitiu o funcionamento parcial da sociedade política, contanto que esta se sujeitasse aos objetivos primordiais do regime (...) O regime autoritário entendia que a vitória nas urnas dar-lhes-ia legitimidade, mas não porque seus programas políticos fossem ao encontro do desejo da maioria do eleitorado, e sim porque isso lhe possibilitaria manipular o processo eleitoral de modo a assegurar o controle a longo prazo do aparelho estatal. O problema dessa estratégia foi que ela criou um processo político que não levava à legitimidade, e sim ao autoritarismo”. AVRITZER, Leonardo. “Conflito entre a sociedade civil e a sociedade política no Brasil pós-autoritário: uma análise do impeachment de Fernando Collor de Melo”. In: ROSENN, K. e DOWNES, R. *Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000. p. 170-171.

¹³ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, [1949] 1975.

¹⁴ FERREIRA, op. cit.; ALVES, op. cit.

¹⁵ Entre 1963 e 1969, a região passou por significativas mudanças políticas. Em Nova Iguaçu, mais especificamente, tais mudanças resultaram na nomeação de/ ou na eleição de oito prefeitos diferentes, fato que, diante da situação política conturbada que se estabeleceu após a instauração do regime militar, culminou na interferência direta sobre o poder local, com cassações de prefeitos e vereadores da oposição e a imposição de interventores na região. A cidade teve como chefes do executivo, nesse período, dois interventores, dois presidentes da Câmara Municipal, dois prefeitos eleitos e dois vice-prefeitos.

¹⁶ *O Pasquim* — assim como *Opinião*, *Movimento*, *Em Tempo*, *Coojornal* e *Versus* — era um jornal alternativo, em formato de tablóide e com circulação irregular; um jornal de protesto e de oposição. Editado no Rio de Janeiro, foi lançado em 1969, tornando-se um dos principais jornais do gênero. Teve em seu quadro de redatores nomes como os de Sérgio Cabral, Jaguar, Tarso de Castro, Carlos Propseri, Claudius Cecon etc. Durante os anos 1980 sua tiragem foi se tornando extremamente rarefeita. Os últimos números do jornal saíram no final dessa década.” (p.23).

¹⁷ O jornal *Correio da Lavoura*, de circulação local, foi criado em 22 de março de 1917. Atualmente, sua periodicidade é semanal.

fazia uma frase, e foi um sucesso muito grande. O jornal era semanal e todo mundo comprava pra ver as piadas e as críticas. Eu usava pseudônimos: 'o Transeunte' e 'Maria Auxiliadora da Paz'. Depois criei um outro personagem, o 'Geraldinho boca de trombone', que esculhambava todo mundo. Enfim... Fazia uns artigos uma vez ou outra. Aquilo ali era um cenário, ninguém tinha um projeto eleitoral. Era um cenário meio boêmio e meio contestador. Aos domingos, o jornal publicava o que saía dali, mais ou menos. (Jorge Gama, 10/08/2003)

Os personagens criados trazem à tona o papel dos jornais como um dos poucos espaços possíveis para a crítica ao regime. A relação e as implicações entre as diversas mídias e a política perpassam a análise da trajetória de Jorge Gama e conferem tons distintos aos marcos temporais, aos “momentos históricos” por ele vivenciados. O período da ditadura apresenta-se como basilar para a constituição de sua identidade política a partir do viés da expressão artística, do humor (sarcasmo), da crítica e do engajamento, ainda não propriamente vinculado a uma adesão ideológica. Manifesta-se, simplesmente, o escritor livre, indignado com o cerceamento, com o medo, com a incapacidade de agir. Primeiramente o “Transeunte” e “Maria Auxiliadora da Paz”, depois “Geraldinho boca de trombone” vão compondo e divulgando discussões políticas e informações proibidas e censuradas como alternativa às notícias dos jornais tradicionais, limitadas pelas exigências do regime e do mercado. Estes novos veículos trazem para o cenário local (Nova Iguaçu) uma forma de mobilização e de provocação (aos políticos locais) marcada pela criatividade, pela coragem e pela imprudência. Os codinomes utilizados são emblemáticos: “Transeunte”, aquele que se move, sem paradeiro fixo, sem destino. O marginal (e marginalizado) por excelência. “Maria Auxiliadora da Paz”, mulher, portanto pertencente a uma minoria, que carrega no próprio nome um apelo. E, por fim, o es-cracho: “Geraldinho boca de trombone”, o homem comum que fala; que fala sem que o detenham, sem limites; em suma, o agitador.

A conjuntura política do país transformou o papel das mídias — principalmente do jornal e dos jornalistas — gerando, conforme ressaltou Abreu¹⁸, uma valorização simbólica da ligação entre jovens quadros a partidos, principalmente o PCB. Assim, “a escolha do jornalismo como profissão era uma forma de exercer o engajamento político, divulgar uma ideologia e atuar politicamente”. Na época de sua atuação como colunista no *Correio da Lavoura*, Jorge Gama era um advogado recém-formado que, de alguma forma, traduziu esse espírito de seu tempo como porta-voz local da insatisfação, da contestação e do anseio pela mudança.

Este “movimento” (como Jorge o denomina) teve início na década de 1970, influenciando em sua entrada na vida político-eleitoral local com a candidatura pelo MDB do advogado Humberto dos Santos, considerada “mais conseqüente, mais de esquerda”. Jorge coordenou a campanha vitoriosa de Betinho (como Humberto era conhecido). Um candidato “mistura de boêmio e contestador, mas inorgânico”, que fez um mandato “combativo” sem, no entanto, manter uma relação de proximidade com o partido. Em 1972 (ano em que se casou e residiu no bairro carioca da Ilha do Governador), deu prosseguimento à sua atuação como articulador e coordenador de campanhas, no interior do estado pelo MDB. O primeiro *turning point* de Jorge Gama deu-se, contudo, apenas dois anos depois. De seu escritório, foi um dos responsáveis pela articulação da campanha de Francisco Amaral à Alerj — apoiada pela esquerda (segundo Jorge, “uma esquerda independente, uma parte do “Partidão”, além de setores da Igreja”) — que foi eleito e tornou-se um dos principais nomes da “esquerda local”¹⁹.

O escritório de Jorge figura, em sua narrativa, como o espaço no qual se deu sua formação ideológica. É a partir da criação desta prestadora de serviço, do contato com os dois advogados que trabalhavam no escritório e com Francisco Amaral que Jorge marca sua passagem para a “política de verdade”. Se a “origem” dessa ligação localiza-se nas “conversas políticas” com os amigos boêmios e contestadores, a mudança de seu estatuto político foi conferida por intermédio da relação com

¹⁸ ABREU, Alzira. “Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática”. In: _____, LATTMAN-WELTMAN, F. e KORNIS, M. 2003. *Mídia e política no Brasil. Jornalismo e Ficção*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.21.

¹⁹ Nesse ano, a eleição para governador deu-se por meio de eleição indireta, realizada pelo sufrágio de um Colégio Eleitoral nas Assembléias Legislativas, na forma do artigo único, *caput* e § 1º da Emenda Constitucional n.º 2, de 9 de Maio de 1972. Da mesma forma ocorreu a eleição para Presidente da República, realizada pelo Colégio Eleitoral (composto de membros do Congresso Nacional e de delegados das Assembléias Legislativas dos Estados), na forma dos arts. 1º e 2º, da Lei Complementar n.º 15, de 13-08-1973. (Tribunal Superior Eleitoral)

nomes “mais da esquerda” e se apresenta como fundadora de um novo ciclo: sua entrada como ator político na arena local.

“Eu tinha uma formação crítica, no máximo. Depois eu adquiri uma formação ideológica. Uma formação mais social”. Havia, sem dúvida, um significativo peso simbólico em classificar-se (e/ ou ser classificado) como “de esquerda”. De um lado, havia a preocupação em não ser vinculado a uma postura radical (“esquerdista”), ao mesmo tempo em que era desconfortável (para alguns atores sociais) ser rotulado de conservador. Grosso modo, “ser de esquerda” aludia a um rol de atributos, conhecimentos e práticas remetidos fundamentalmente à postura de crítica ao regime militar.

A relação com Francisco Amaral, anterior à sua vinculação com eleições, estreitou-se a partir de sua entrada no cenário eleitoral de Nova Iguaçu e das possibilidades abertas por um contato direto com a Assembléia Legislativa. A atuação no cartório (“desde criança”) e sua profissão foram decisivas para o estabelecimento de contatos com diferentes segmentos sociais, assim como a vida boêmia e o estilo contestador. Juntos, estes atributos compunham a imagem de um profissional responsável, ao mesmo tempo em que o associavam a um tipo de sociabilidade e de trânsito entre a classe média (na qual se incluía) e setores populares, em algum nível mediado pelos locais por ele frequentados, pelos “personagens” que criou e por seus escritos nos jornais locais. Forjavam-se, assim, algumas das características que o distinguiam e o tornaria um candidato vitorioso naquele momento. Estavam em jogo os processos de identificação que resultariam na constituição de sua *persona* pública.

Nessa época, na verdade, estava surgindo uma classe média em Nova Iguaçu. Já não era mais aquela aristocracia rural. Ali, eu apareço em [19]76 como um personagem que transitava entre todo mundo, que conversava com todo mundo, que tinha as idéias. Não era

esquerdista, mas não era conservador. Eu também estava buscando uma identidade. (Jorge Gama, 05/10/2003)

Jorge Gama disputou, em 1976, sua primeira eleição para a Câmara Municipal de Nova Iguaçu, embora o partido pretendesse lançá-lo como candidato à prefeitura²⁰. Preferiu, no entanto, novamente apoiar Francisco Amaral que, contudo, não conseguiu se eleger, sendo perseguido, tendo sua candidatura ameaçada de impugnação e seus colaboradores coagidos²¹. Jorge, por sua vez, foi eleito vereador pela legenda do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) como o segundo mais votado do partido — com 3.847 votos — graças à sua inserção junto às camadas médias de Nova Iguaçu e, segundo o próprio, ao voto expressivo dos “servidores da Justiça”, em uma alusão direta a seu vínculo profissional. Nesse mandato, durante o governo do prefeito da ARENA, ex-interventor agora eleito, Rui Queirós presidiu a Comissão de Justiça e a de Redação da Câmara Municipal e foi um opositor do governo municipal e das políticas administrativas que o executivo implementava. Nesse primeiro momento, ainda não havia delineada uma geografia eleitoral de contornos nítidos. Jorge Gama não tinha como reduto eleitoral um bairro ou área da cidade específicos, e sim uma determinada camada social e um grupo profissional mais facilmente identificável. A representação espacial, tão cara à política em geral — como, por exemplo, à política dos vereadores²² — não era predominante e tornava possível ao candidato (Jorge Gama) ampliar suas possibilidades eleitorais por intermédio de uma “bandeira” que, apesar de representar interesses específicos, perpassava, no caso de Nova Iguaçu, diferentes áreas da cidade.

A dinâmica das relações pessoais é outro fator que merece atenção. Desde o período de sua “formação política”, as relações de Jorge com algumas pessoas em Nova Iguaçu foram fundamentais para sua decisão de ingressar no cenário político-eleitoral. A noção de rede é aqui retomada privilegiando-se seu aspecto mais centrado no

²⁰ As eleições de 15 de novembro, de âmbito nacional, foram reguladas na forma da Resolução n.º 10.041, do Tribunal Superior Eleitoral, de 16-06-1976. As eleições para prefeito, vice-prefeito e vereadores deram-se em 20 de dezembro, nos municípios em que não foram realizadas em 15-11-1976. Consoante disposto no art. 1º da Resolução n.º 10.242, do Tribunal Superior Eleitoral, de 10-12-1976. (Tribunal Superior Eleitoral)

²¹ Jorge Gama foi intimado — “convidado para ter uma conversa” — pelo major Carneiro, no Regimento Sampaio, não somente por estar à frente da campanha de Francisco Amaral, mas essencialmente por sua ligação com o jornal *O Pontual*, que pertencia ao empresário Manuel Góes Teles. Na ocasião, Jorge foi inquirido a respeito do jornal e de sua ligação com Manuel Góes Teles e depois liberado.

²² LOPEZ Jr., Feliz Gracia . *As relações entre executivo e legislativo no município de Araruama*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2001.

ego, o ator político, interessando refletir sobre a forma como as relações diádicas são travadas e operacionalizadas para a prática da política local²³. Tais relações não foram constitutivas apenas dos processos de identificação política de Jorge Gama, mas qualificaram sua inserção local a partir da rede a que resolveu aderir.

Sua aproximação com as camadas populares foi, no entanto, posterior à primeira eleição e deu-se por meio de sua relação com membros da Igreja Católica da Diocese de Nova Iguaçu — também por intermédio de Francisco Amaral que o apresentou a Dom Adriano Hipólito²⁴, o que permitiu sua inserção no universo dos movimentos populares. Essa ligação — e o reconhecimento de seu lugar legítimo como político na cidade — favoreceu sua eleição para deputado federal, pelo MDB, em 1978 — com 25 mil votos, apenas em Nova Iguaçu (totalizando cerca de 38 mil votos), tendo sido um dos mais votados da região (TRE/RJ). Em seu relato, Jorge Gama enfatizou sua independência com relação aos nomes mais importantes do partido na cidade — como o de Francisco Amaral — assumindo a responsabilidade pelas despesas da campanha com a ajuda de alguns parentes, de conhecidos (“um ou outro me dava alguma coisa...”) e, só mais tarde, de sua legenda.

A minha eleição, repito, foi pela classe média, [fui] o segundo mais votado. Mas, logo depois de eleito, o movimento popular estava começando a ter um crescimento aqui; esse crescimento, muito ligado à Diocese de Nova Iguaçu — a Dom Adriano, e aí o Francisco Amaral, que nós já tínhamos feito a eleição dele em (19)74, já estava na política antes de mim. Então, peguei o meu mandato e coloquei o meu mandato à disposição do movimento popular. Eu me engajei totalmente no movimento popular, na formação das associações de moradores, na sua organização do ponto de vista legal. Nós dávamos uma assessoria [sobre] como fazer e tal; política, principalmente política. Nós tínhamos reuniões intermináveis aí, em todo o

município de Nova Iguaçu, que antigamente era Queimados, Mesquita, Japeri [...] era bem maior. E depois teve uma luta específica que também fortaleceu muito o movimento popular. (Jorge Gama, idem)

A partir de sua relação com as associações, a bandeira política de Jorge Gama passou a ser a da “casa própria”. Assim como o *lote*²⁵, a “casa própria” não representava somente um sonho de consumo, mas a própria incorporação social, tornando possível aos indivíduos perceberem-se como cidadãos ao expressarem relações de significação entre espaço e política e sua dimensão na configuração de modos de vida. Em Nova Iguaçu, e na Baixada de modo geral, tal problemática mobilizou discursos políticos e organizações civis, possibilitando a Jorge a operacionalização de um fazer político informado por seu fazer profissional: o Direito. Os despejos em massa consistiram acontecimentos decisivos para solidificar essa aproximação e reformular as imagens que compunham sua identidade política. Para Jorge, ainda que se partisse de uma questão pessoal — como a casa da família A ou B — o mecanismo de articulação desenvolvido junto às associações conseguia originar debates de natureza política. Segundo ele, aquele era o momento oportuno para “plantar a crítica e a conscientização” e mobilizar as pessoas para a *ação política*. A centralidade da “casa própria” para os envolvidos nos movimentos sociais refletia-se na dinâmica local, nos símbolos adotados e no discurso tornado público pelos atores legitimamente constituídos (*investidos*) durante o processo. A “casa própria” aparece então como palavra-de-ordem para criar e organizar a ação. Através dela (e por ela), esta última se realizava. Reuniões eram articuladas no escritório de Jorge nos domingos à noite; fomentava-se o debate; construía-se a mobilização. O escritório funcionava como ponto de encontro para falar de política, conversar com as lideranças das associações de moradores. Era freqüentado também por artistas e boêmios, ao mesmo tempo em que funcionava para o *atendimento* ao eleitor²⁶.

²³ MITCHELL, J. Clyde. *Social Networks in Urban Situations*. Manchester: Manchester University Press, 1971. BEZERRA, Marcos Otávio. *Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1994.

²⁴ Dom Adriano Hipólito foi um personagem marcante na Baixada entre 1966 e 1981. Foi Bispo de Nova Iguaçu e atuou junto aos movimentos sociais, auxiliando a formação das Comunidades Eclesiais de Base na região. Foi seqüestrado em 1976 e torturado, tornando-se um símbolo pela luta contra a repressão e a ditadura. Dom Adriano morreu em 1996.

²⁵ BORGES, Antonádia. *Tempo de Brasília. Etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da política, UFRJ, 2003.

²⁶ KUSCHNIR, Karina. *Política e sociabilidade: um estudo de antropologia social*. Tese (Doutorado em Antropologia). Rio de Janeiro: PPGAS, Museu Nacional/UFRJ, 1998.

Durante o mandato de deputado federal, Jorge Gama costumava voltar às quintas-feiras à Nova Iguaçu para *atender* os eleitores e reunir-se com as lideranças locais em seu escritório. Na sua ausência, seu irmão ou algum assessor conduzia as reuniões e os *atendimentos* até a chegada do deputado, organizando as prioridades. “A gente também convivía no escritório com o cara que ia pedir uma ajuda, uma coisinha [...]”. Neste contexto, o “eleitor tradicional” é concebido como aquele que corrobora a “política dos vereadores”, ou seja, o *atendimento* como uma atividade eleitoral, de troca. Para Jorge, tal troca não consistiria uma dimensão política, “de crítica”, visando apenas a maximização de votos por parte do político e sua continuação no campo político, em contrapartida à satisfação de necessidades e interesses individuais, por parte do eleitor. Assim, a capacidade do político de obter o bem desejado pelo eleitor lhe garantiria, em algum nível, retribuição em termos de voto e apoio²⁷. Tal explicitação é, no entanto, evitada e, ao se pensar a relação de “generosidade” e de “benfeitoria” do político com seu(s) eleitor(es), o foco recai sobre algo já observado por Bourdieu²⁸:

[...] o caráter primordial da experiência do dom é, sem dúvida, sua ambigüidade: de um lado, essa experiência é (ou pretende ser) vivida como uma rejeição do interesse, do cálculo egoísta, como exaltação da generosidade, do dom gratuito e sem retribuição; de outro, nunca exclui completamente a consciência lógica da troca.

Em todas as entrevistas que me concedeu, Jorge Gama atribuiu um juízo de valor negativo à “política de resultados”, conferindo à sua identidade política a marca da opção ideológica e da ‘função de fiscal’ do Executivo — mais presente em seu mandato como vereador. Diferentemente do exposto por Kuschnir²⁹ sobre a concepção de política dos Silveira (seus interlocutores:

Fernando e Marta), Jorge Gama — ao falar de si e de sua prática política — afirma não priorizar o *atendimento*, que estaria ligado a interesses individuais, em detrimento do que considera o real fazer político: a doação desinteressada, o bem da coletividade. A *doação* (do tempo do político, da atividade política, da “bandeira”) é pensada então em relação diametralmente oposta à *troca* (reificada em termos do caráter imediato do bem). No entanto, mesmo atribuindo um caráter negativo a tal sistema, reconhece sua necessidade, justificando-o pelo argumento da “tradição”. Tradição mantida por vereadores, prefeitos, deputados, eleitores (“eleitores tradicionais”) enfim, por todos os atores sociais envolvidos no processo político. Segundo Jorge, a carência de aparatos e serviços públicos somada à pobreza em que vivem muitos dos moradores da região promovem a utilização desse tipo de recurso político, possibilitando sua reprodução. É interessante notar que o *político benfeitor e/ ou doador* nos termos de Chavess³⁰ pode tanto atender aos pedidos de pessoas de camadas populares (por remédio, lotes ou gasolina), quanto intermediar concessões políticas a empresários, render homenagens públicas a “cidadãos ilustres” etc.³¹. Colocar-se como *doador* significa, então, apresentar-se como ator legítimo, socialmente *investido* para atender às demandas da população por meio dos canais gerados pelo próprio *status* do político e por *acessos* angariados no exercício dessa função. Nesse sentido, “ter acesso é o que diferencia os políticos e, em especial, os parlamentares, das demais pessoas. O acesso é um bem escasso e que não pode ser comprado, mesmo por quem tem muito dinheiro. Para se obter acesso, é preciso entrar para a política”³²

Em seu primeiro mandato como deputado federal, as *invasões de terra* ocuparam boa parte das preocupações e ações de Jorge Gama. Consideradas “um problema da coletividade”³³, o auxílio prestado aos grupos

²⁷ BEZERRA, Marcos Otavio. *Em nome das “bases”. Política, clientelismo e corrupção na liberação de recursos federais*. Tese (Doutorado em Antropologia). Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 1998. KUSCHNIR, *op.cit*; BORGES, *op. cit.*; LOPEZ Jr., *op.cit.*;

²⁸ BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”, In: *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. Tradução Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996. p.7.

²⁹ KUSCHNIR, *op. cit.*

³⁰ CHAVES, Christine A. *Festas da política. Uma etnografia da modernidade no sertão (Buritis, MG)*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da política, UFRJ, 1996.

³¹ VIEGAS, Ana Claudia Coutinho. *Trocas, facções e partidos: um estudo da vida política em Araruama – RJ*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 1997. LOPEZ, *op. cit.*

³² KUSCHNIR, *op. cit.* p.237.

³³ É interessante notar como Jorge Gama diferencia a “casa” ou o “lote” de um bem em termos mais gerais. Tal diferenciação passa pela construção de um discurso coletivo sobre o bem em questão — que envolve a constituição de um “movimento” — autorizando-o, portanto, a tomá-lo como demanda coletiva. A relação entre “movimento” e interesse é fundamental para entendermos as formas de classificação operacionalizadas por Jorge Gama com relação ao seu fazer político.

nelas envolvidos era tanto político, quanto técnico. Político, uma vez que remetia à negociação entre parcelas da população e esferas do poder público. Já o saber técnico, que remetia à formação profissional de Jorge, configurava um aspecto distintivo, singularizando-o frente a outros atores políticos locais. Nova Aurora e Monte Libano são algumas das áreas invadidas — hoje áreas majoritariamente ocupadas por conjuntos habitacionais — cujos processos de ocupação tiveram, em algum nível, a participação de Jorge Gama. Sua atuação nestes episódios proporcionou sua aparição na mídia e a conexão de seu nome ao de outras personalidades de grande carisma, como Dom Adriano Hipólito.

Os atores políticos engajados nesses movimentos originavam-se de diversos segmentos sociais: políticos profissionais, moradores da periferia, lideranças de bairros, membros da Igreja Católica etc. Para os políticos profissionais, tais movimentos sociais configuram *loci* de atuação privilegiados, propiciando um espaço de visibilidade e de exaltação da mediação como ferramenta necessária, permitindo que algumas pessoas se coloquem em evidência devido à singularidade de seu potencial de trânsito por distintos segmentos. A mediação coloca-se então como uma *atividade* porque — conforme ressaltou Castro³⁴ — relaciona-se a um “projeto pessoal de se tornar mediador”. No entanto, diferentemente da análise elaborada por este autor, defendo que o político profissional não é um mediador apenas ou mais facilmente em períodos de transição e de mudança — apesar de tais momentos potencializarem sua visibilidade e seus atos. Ela não é o extraordinário, mas o cotidiano. É a execução constante do projeto pessoal e não uma qualidade “natural” de certos indivíduos. Esta *especialização* na articulação e/ ou negociação, como enfatiza Castro³⁵, singulariza determinados indivíduos, mas realça a dimensão “voluntarista” assim como a condição necessária para essa atuação: gostar de desempenhar tal papel. Este *gostar* é definido por sensações tanto quanto pela crença no sucesso ou na possibilidade de conquistá-lo. A vontade de atuar como mediador e a aptidão em desenvolver tal *atividade* são proporcionais à capacidade de lidar com a diversidade de códigos, símbolos e interesses envolvidos — neste caso, no processo político. No entanto, podemos dizer que seria mais apropriado pensar no *mediador* como

uma situação (estar mediador) e não, necessariamente, como uma qualidade ou propriedade (ser mediador). Não é garantia, portanto, para a reprodução incessante dessa atividade apenas o desejo do ator ou algum atributo inato, mas um complexo de significados, ações e motivações intersubjetivas; interessando-nos mais especificamente o *between*, do que a suposta origem ou finalidade da mediação.

No caso específico de Jorge Gama, há uma grande ênfase em tal atuação. “Quem marcou a primeira audiência de Dom Adriano com um membro da ditadura fui eu”. Atuando como *mediador* em um determinado segmento da população, Jorge demonstrou possuir algum trânsito entre as diferentes esferas e atores públicos, conseguindo expor suas reivindicações — mesmo em um espaço cerceado pela insegurança e pelo medo da exposição, característicos dos anos de regime militar. O episódio em que teria agendado uma audiência para Dom Adriano com o então Ministro do Interior, Mário Andreazza, para que tratassem de um novo modelo de financiamento habitacional que melhor atendesse às necessidades e restrições econômicas da população de baixa renda de Nova Iguaçu, apresenta-se como uma demonstração de sua capacidade de articulação e mediação. Jorge presenciou tal reunião em Brasília, juntamente com Francisco Amaral, Paulo Amaral e Ubaldo Rodrigues.

O político, assim como qualquer outra liderança, precisa constituir seu espaço legítimo de atuação e conformar seu discurso a um público específico — seu eleitorado. O processo de *investidura* requer dos atores políticos a demonstração de seu *capital simbólico*, de seu poder e prestígio. Em um universo político no qual a mobilização era vigiada e os direitos políticos, sociais e civis restringidos, tal demonstração passava, necessariamente, pelo *trânsito* entre os militares (nas instituições de direito), tanto quanto entre as associações civis e a Igreja Católica — que passou a ter uma postura de contestação e crítica aos militares com o recrudescimento do regime, a partir da década de 1970. Apesar dos limites, o *campo de possibilidades* de indivíduos-chave é sempre colocado em evidência por meio de suas ações e projetos. Ou seja, as delimitações sócio-históricas implicam uma estrutura mais ou menos rígida que, no

³⁴ CASTRO, Celso. “Comentários”. In: VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina (orgs.). *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p.210.

³⁵ Idem. *Op. cit.*

entanto, pode ser flexibilizada a partir da *atuação* dos sujeitos (alguns mais, outros menos) no mundo social. Esse “atuar” ou “agir no mundo” leva em consideração o *potencial de metamorfose*³⁶ dos atores em questão para a concretização de seus projetos (individuais ou coletivos). Assim sendo, os projetos políticos individuais demandavam conciliação, conformando projetos coletivos em alguns momentos e circunstâncias específicos, dentre os quais o da redemocratização brasileira que conseguiu aglutinar, em torno de um objetivo comum, um grande número de atores individuais e entidades civis.

Foi justamente a partir de 1979, com o fim do bipartidarismo e o início do processo de organização e criação dos partidos políticos, que Jorge Gama filiou-se ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), sucessor direto do MDB. E com este panorama surgiu o “outro político”, o inimigo: em um primeiro momento, o PT; logo em seguida, o PDT. A aproximação de partidos de esquerda e das CEB’s com as associações de moradores é o mote desse conflito, narrado com desconfiança e descrédito por Jorge Gama — e coincidindo com seu afastamento do “movimento”. A legitimidade na condução dos movimentos sociais em Nova Iguaçu aparece como um dos nichos de maior disputa pelo poder político no momento em que a sociedade civil começa a se organizar e a se manifestar. A contenda em torno de quem seria o porta-voz autorizado desses movimentos aumentava as rivalidades ideológicas, tendo as siglas partidárias — agora passíveis de expressão e visibilidade — entrado em cena, disputando cada qual o seu quinhão. O multipartidarismo provocou uma fissura interna na frente de oposição ao regime militar e sua pulverização em uma gama de partidos que agora disputavam a arena

política³⁷. O MDB, que congregou em sua sigla frentes ideológicas diversas desde a exigência do bipartidarismo, sofreu um grande impacto eleitoral com tal dissenso. Apesar de ter mantido nomes importantes em seus quadros, como Ulysses Guimarães³⁸, seu vice-presidente, a impossibilidade de entendimento entre alguns deles possibilitou a criação de outros partidos — dada a incapacidade de atrair para si políticos que se apresentavam como adversários. Tal foi, por exemplo, a forma como se deu a criação do PP — congregando nomes como Tancredo Neves³⁹ e Chagas Freitas⁴⁰ — do PDT de Brizola⁴¹; do PTB; do PCdoB etc.

Em 1982, já findado seu primeiro mandato de deputado federal, Jorge Gama foi escolhido para concorrer como vice-governador do Rio de Janeiro ao lado de Miro Teixeira, com a “missão” de desempenhar o papel de “governador da Baixada”. Essa “escolha” não se deu sem disputas dentro do partido. No entanto, foi Leonel Brizola quem se elegeu governador; a chapa composta por Miro Teixeira e Jorge Gama tendo ficado em terceiro lugar⁴². Após a derrota nas urnas, em 1983, Jorge Gama afirma ter percebido ser aquela “a hora do partido político”. Fez, então, a opção pela máquina partidária e começou as articulações para concorrer à presidência regional do PMDB. “Comecei a trabalhar esta possibilidade”, diz. As reuniões tiveram início e começaram a discutir a reformulação do partido no estado. Em seu relato, Jorge oscila entre duas alternativas. Ao mesmo tempo em que diz ter tomado as rédeas da situação, fazendo da presidência do partido seu projeto político naquele momento, afirma que sua candidatura foi cogitada por seus pares, “tendo surgido” nas reuniões e começado a ganhar força a partir daí. Esta aparente

³⁶ VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

³⁷ Segundo Skidmore: “a legislação eleitoral altamente permissiva, redigida no final dos anos 1970 e início dos 1980, levou à rápida criação de 40 partidos políticos, dos quais 17 tinham representação no Congresso. Essa tolerância exagerada com a proliferação partidária podia ser em parte explicada como uma reação retardada à manipulação anterior da legislação eleitoral pelo regime militar, visando a garantir a vitória do partido governamental.” SKIDMORE, Thomas. “A queda de Collor: uma perspectiva histórica”. In: ROSENN, K. e DOWNES, R. *Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000. p. 27-28.

³⁸ Sobre Ulysses Silveira Guimarães, c.f. ABREU, Alzira. “Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática”. In: _____, LATTMAN-WELTMAN, F. e KORNIS, M.; *Mídia e política no Brasil. Jornalismo e Ficção*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

³⁹ Sobre Tancredo Neves, c.f. *Ibid. op.cit.*

⁴⁰ Para mais informações ver *Ibid. op.cit.* e DINIZ, E. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁴¹ C.f. SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Janeiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

⁴² Essa eleição foi regulada na forma da Resolução n.º 11.455, do Tribunal Superior Eleitoral, de 16-09-1982 e teve o seguinte resultado: Brizola (PDT) em 1.º Lugar, com 34,19% dos votos; Moreira Franco (PDS), em 2.º., com 30,60%; Miro Teixeira (PMDB), em 3.º., com 21,45%; Sandra Cavalcante (PTB), em 4.º., com 10,71% e Lysâneas Maciel (PT), em 5.º., com 3,05% (Tribunal Superior Eleitoral). Nessas eleições, o voto vinculado gerou a obrigatoriedade de se votar na mesma legenda partidária para todos os cargos, o que acabou desencadeando o chamado “fenômeno Brizola”, abalando a estrutura do poder vigente até então na Baixada, devido ao número de cadeiras obtido pela oposição nas Câmaras Municipais da região. Para a política desenvolvida pelo PMDB na localidade, tal “arranjo” foi um dos principais obstáculos à consolidação de sua imagem e a seus avanços como “partido de oposição”.

ambigüidade entre fazer a escolha (um *projeto*) e ser escolhido (*investido*) deve ser compreendida, tendo em vista uma apresentação de si *a posteriori*, que marca a construção de uma memória e de uma identidade política ancoradas na idéia de *vocação*⁴³. Tal idéia estabeleceria uma relação entre sujeito político, valor ético (de convicção) e valor de eficiência (de sucesso), em contraponto com a lógica da *política do poder*⁴⁴, do poder em si.

O verdadeiro político de vocação seria, portanto, o político responsável. *Aquele político capaz de sacrificar algumas de suas convicções, se assim o contexto exigir, mas que em determinado momento, no limite de seus princípios, pode vir a dizer: "Não posso fazer de outro modo; detenho-me aqui"*⁴⁵. *Na verdade, na ação política não estão em jogo apenas o poder ou a paz e a satisfação individuais — embora estes existam — mas, sim, esforços responsáveis por uma causa que, apesar de transcendente ao indivíduo, requer convicções pessoais. A política não é em si o reino das intenções e da força, a política é por excelência o mundo das realizações comprometidas em contexto.*⁴⁶

Naquele momento, o partido simbolizava justamente essa *adesão*. Simbolizava a crença na possibilidade de construção de uma unidade ideológica que o fortificaria politicamente e, conseqüentemente, eleitoralmente dentro do panorama estadual. A disputa pela presidência do PMDB pôs, no entanto, em evidência as nuances e matizes internas ao partido, bem como a cristalização do novo inimigo político pós-eleições de 1982: Brizola. A justaposição da figura de Brizola à do partido é de tal ordem que a sigla pouco é mencionada nas entrevistas realizadas com Jorge Gama⁴⁷. É sempre o nome de seu líder que aparece e se apresenta como grande opositor do PMDB no estado do Rio de Janeiro.

Para Jorge Gama, Brizola tornara-se um empecilho na conquista da presidência do partido, pois ao governador não interessava um "PMDB hostil"⁴⁸. A chapa con-

corrente era composta por Miro Teixeira e majoritariamente pelos chamados "euros", os "intelectuais de Ipanema". Como aliados, Jorge Gama contava com membros do "Partidão", com os "chaguistas", com os prefeitos e com setores de uma esquerda dividida — liderados por Paulo Rattes, que figura sempre como aliado político e amigo de confiança. A vitória (por 66%), marcou mais um episódio em que ficou evidenciada também a capacidade de trânsito e articulação de Jorge Gama por intermédio das alianças por ele costuradas. Seu vice, por exemplo, era o deputado federal Jorge Leite — personagem político conhecido por sua forte vinculação ao "chaguismo", que mantinha uma máquina política eficiente em todo o estado⁴⁹. Os problemas, no entanto, não haviam cessado com a conquista da presidência do partido, em 20 de outubro de 1983. Lidar com a diversidade das frentes de apoio que tornaram possível tal empreendimento e, principalmente, com o estilo político de seu vice transformou o mandato de Jorge em uma constante mediação e negociação de conflitos — além da fragilidade de sua condição de político sem mandato.

O Deputado federal Jorge Leite e o Prefeito de Petrópolis, Paulo Rattes — líderes da chapa "Unidade" — confirmaram ontem seu favoritismo, na convenção do PMDR-RJ, derrotando, com 66 por cento dos votos para o diretório, a chapa de Arthur da Távola, do jornalista Paulo Alberto Monteiro de Barros, de Marcelo Cerqueira e Cláudio Moacyr, entre outros. [...]

Devido à impugnação na justiça eleitoral de alguns Diretórios zonais e ao impedimento do voto plural, a chapa de Arthur da Távola também perdeu na composição da nova Comissão Executiva, que tem agora como Presidente o ex-Deputado Jorge Gama. A convenção do PMDB-RJ transcorreu em clima de muita disputa e a tônica foi a troca de provocações e de ameaças de agressão entre militantes das duas chapas. (O Globo, 21/11/1983)

⁴³ WEBER, Max. "Politics as a vocation", In: PIZZORNO, Alessandro (ed.). *Political sociology. Selected readings*. England: Penguim Books Ltd., 1971.

⁴⁴ Idem. *op. cit.* p.108.

⁴⁵ WEBER *apud* TEIXEIRA, Carla Costa. *A honra da política: decoro parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional (1949-1994)*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Núcleo de Antropologia Política, 1998.

⁴⁶ TEIXEIRA, *op. cit.* p.5.

⁴⁷ Sento-Sé em sua análise sobre o *brizolismo*, enfatiza tal colocação, demonstrando como o conceito de carisma é fundamental para a compreensão da construção da *persona* Brizola. C.f. SENTO-SÉ, *op.cit.*

⁴⁸ Segundo Jorge Gama, o chefe do executivo estadual promoveu um governo de coalizão ou, nos termos de Jorge, "de cooptação", pois "trocou" secretarias por apoio além de ter conseguido aliar-se a alguns deputados estaduais "brizolistas".

⁴⁹ DINIZ, *op. cit.*

Naquele dia — eu não vou esquecer — eu cheguei no partido, na Almirante Barroso nº. 82, e meia hora depois, chegou o advogado do Jorge Leite, que era um advogado da Assembléia, um advogado experimentado, chamado Francisco Romão de Lima [...], com uma procuração pra eu assinar, para expulsar o vereador Jorge Felipe que tinha traído o Jorge Leite na eleição. Olha que coisa! Ele diz: 'O Jorge Leite mandou isso daqui, que nós vamos expulsar o Jorge Felipe porque ele traiu a gente lá em Bangu, na Zona Oeste.' [...] Eu pensei, analisei. Se eu assinar isso daí, eu sou um escravo do Jorge Leite. Se eu não assinar, ele é meu maior inimigo. De qualquer maneira, se eu assinar perco a minha independência, se não assinar vou pro enfrentamento. Disse: 'Não assino'. Olha Romão, você avisa ao Jorge que eu vou evitar levar o partido para o Judiciário. Isso é uma questão política, eleitoral e vamos resolver isso aqui. O partido só irá pra Justiça em último caso. E, mais ainda, quem vai representar o partido na Justiça, sou eu mesmo. Não vou assinar, não é nada contra o Jorge, peça a ele desculpas, mas não vai acontecer aqui levar o partido pra Justiça, sobretudo por causa de acerto eleitoral [...] Foi um sinal de guerra. Depois, fui embora pensando que não ia ficar mais dez dias. (Jorge Gama, 07/09/2004)

Os confrontos foram constantes. De um lado, com Jorge Leite e, de outro, com os “intelectuais”. Segundo Jorge, as acusações de *suburbano*, “da Baixada” e “sem muita expressão política” constituíam a tônica dos discursos oposicionistas por parte dos “intelectuais”. “Fizeram uma reunião pra me dizer que eu não podia ser o presidente do partido. Já entrei na presidência do partido estigmatizado”. A acusação aparece, aqui, como uma das principais formas de vinculação a uma identidade deteriorada⁵⁰. Jorge vinha da Baixada, uma região vinculada a símbolos de violência e pobreza. Independentemente de outras possíveis pertencas sociais, naquele momento em particular, seu pertencimento determinante dava-se pela associação a uma imagem que denunciava, incriminava e segregava, corroborada pela mídia⁵¹. Para ele, o maior problema não era, no entanto, o discurso acusatório e sim o “chaguismo”, representado

principalmente por Jorge Leite, que tentou, inclusive, promover a destituição da executiva.

Todavia, em 1983, um *acontecimento* marcou a história política nacional e definiu um *lugar* para Jorge Gama dentro do partido. A articulação pelas “Diretas Já” teve seu pontapé inicial, ainda em março de 1983, por intermédio da apresentação de uma emenda constitucional para o restabelecimento das eleições diretas, feita pelo deputado federal do PMDB/MT, Dante de Oliveira (emenda esta que ficaria conhecida pelo nome de seu autor). Tal iniciativa, no entanto, teve pouca repercussão em um primeiro momento, sendo noticiada apenas pelo jornal *Folha de São Paulo* — em um artigo assinado por Tristão de Athayde, em 18 de março, e no editorial do dia 27 de março daquele ano, no qual o jornal colocava-se a favor do retorno do pleito direto em todos os níveis. O ano de 1984 começa com intensa mobilização. Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Miguel Arraes (do PMDB), além de Lula, entre outros, tornaram-se figuras-chave nesse movimento, que contou ainda com a participação de vários intelectuais e artistas, percorrendo o país em diversos comícios e shows em prol da campanha.

Jorge Gama, na época presidente regional do PMDB/RJ, relata sua inserção e seu papel neste processo como uma espécie de “revelação”. Nesse sentido, volta-se para a construção de um discurso visionário, segundo o qual seu potencial de observador atento aos fatos e hábil articulador lhe garante o privilégio de estar um passo à frente dos demais atores políticos — dentro e fora de seu próprio partido — o que lhe assegura um lugar na história (como denota a narrativa na primeira pessoa do singular). À frente da presidência regional do partido, Jorge Gama viajou por todo o estado do Rio de Janeiro, estabelecendo contatos, firmando ou consolidando alianças. Estava “em campanha” pela busca de uma possível (e desejada) unidade para o partido, como também “preparando o terreno” para as eleições futuras. Para o político profissional, o *tempo da política* não se restringe ao período eleitoral, como assinalam diversos autores que se debruçam sobre este tema⁵². A dinâmica temporal de quem “vive da política” é reinventada pela necessidade de angariar apoios (de outros políticos, de

⁵⁰ GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, [1963] 1975b.

⁵¹ É importante relembrar que nesse período — e até a década de 1990 — as imagens veiculadas pelas mídias televisiva e impressa sobre a Baixada Fluminense faziam referência constante a questões sobre violência, criminalidade e pobreza, pouca atenção sendo dada às notícias políticas que não estivessem a tais temas relacionadas. E as matérias de jornais que traziam o nome de Jorge Gama geralmente enfatizavam sua origem: filho de carvoeiro, morador de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense.

⁵² PALMEIRA, Moacir e HEREDIA, Beatriz. “Os comícios e a política de facções”. *Anuário Antropológico* 94, 1995. VIEGAS, op.cit. KUSCHNIR, op.cit. BORGES, op.cit. CHAVES, op.cit.

empresários e dos eleitores) e conseguir *acessos*. Nesse sentido, presidir o partido significava não somente manter seu *status*, mas também dispor de recursos (humanos e financeiros) — além de alguma visibilidade. Representava também a possibilidade de se fazer notar pelas lideranças mais importantes do partido em nível nacional e, desse modo, afiançar apoio para uma possível candidatura.

Em 1986 (sem mandato eletivo desde 1982), Jorge Gama foi o articulador da campanha de Moreira Franco para o governo do estado do Rio de Janeiro. No mesmo ano, disputou uma vaga na Câmara dos Deputados, ficando com a primeira suplência. Tal resultado foi atribuído à falta de (ou pouca) dedicação à sua própria campanha, dado seu envolvimento na coordenação da campanha de Moreira, e as inúmeras atividades que lhe ocupavam no partido (em 1986 passou o cargo de Presidente para o Senador Nelson Carneiro, ficando com o cargo de secretário geral do partido no estado). Em consequência dos argumentos anteriores, o afastamento de suas bases (a Baixada) acabou revelando-se muito longo para quem tinha pretensões eleitorais. Seu projeto político havia suplantado sua expectativa eleitoral. Ainda assim, foi nomeado Sub-secretário de Governo em maio de 1987 e, depois da extinção da pasta, assumiu a Secretaria de Trabalho, corroborando a identidade de articulador e *mediador político* — e sendo recompensado pelo trabalho durante a campanha do governador eleito (Moreira Franco) com um cargo que viabilizava contatos e *acessos*.

Jorge Gama: Só por ser o ocupante da Secretaria de Governo, já teria um considerável poder de influência: ao contrário dos demais secretários, que despacham com Moreira só de quinze em quinze dias, despacha todo dia. É um político de centro esquerda. Jorge Gama amortece os conflitos que surgem entre as centenas de políticos da Aliança Popular Democrática. É ele, em suma, que administra a distribuição dos melhores chuveirinhos de Moreira, os que vêm em forma de emprego. Chuveirinho, no universo vocabular do governador, é um afofo, um agrado que se dá a todos os tipos de insatisfeitos. (Jornal do Brasil, 23/08/1987).

A *mediação* aparece, novamente, como um conceito-

chave para a compreensão da trajetória de Jorge Gama. A construção de sua *persona* pública não é remetida ao carisma individual ou a algo que o designe um líder nato, ligando-se preferencialmente ao desempenho de um papel político específico — crucial para a consolidação de projetos e de sua própria existência política — e possibilitado por seu *potencial de metamorfose e mediação*. A habilidade com as palavras e a postura de “distinção” foram atributos selecionados em momentos cruciais e diferentemente utilizados segundo os contextos em questão. A composição de sua *fachada*, de sua *apresentação de si*⁵³ e sua aptidão como mediador transformaram-no em político singular na Baixada, apesar das derrotas nas urnas. Em sua atuação junto aos movimentos sociais, às características anteriormente aludidas somava-se a prudência na escolha do repertório de símbolos — dada sua origem social e profissional — ora referindo-se à origem “popular”, “do Rocha”, “da Baixada”, ora à profissão de advogado. Nesse sentido, há alguns *turning points* na trajetória de Jorge Gama. Evidenciados, ao longo da narrativa, nota-se como seu discurso foi re-semantizado, suas “bandeiras” reconstruídas e — ao mesmo tempo em que se manteve fiel a uma determinada facção — suas alianças internas e externas edificadas em etapas capitais para o partido a que pertencia.

Os múltiplos processos de identificação acionados em contextos sociais específicos demonstram o grau de percepção de Jorge Gama acerca de sua própria capacidade de atuação no *mundo político*, bem como a consciência na aplicação de determinados meios para atingir os objetivos desejados. Sua sobrevivência enquanto figura pública deve-se fundamentalmente à sua “função” (de articulador/ mediador) e à sua manutenção dentro da arena política por intermédio do exercício de cargos públicos (administrativos ou de assessoria). Estar apartado deste meio e de suas relações implicaria sua morte política e, talvez, a impossibilidade de um ressurgimento, dada as características particulares de sua atuação.

Em 1990, Jorge voltou a substituir Aluisio Teixeira na Câmara dos Deputados (primeira substituição tendo ocorrido em 1989) e, em outubro deste mesmo ano, concorreu às eleições, não conseguindo, no entanto, se reeleger. Nessa eleição, novamente a ligação entre

⁵³ GOFFMAN, Erving. *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, [1959] 1975a.

política e corrupção foi trazida à tona. Segundo o Jornal do Brasil, de 13 de novembro de 1990, o nome de Jorge Gama aparecia entre os citados pelo relatório final do TRE/RJ⁵⁴. Em 1993, saiu do partido e disputou as eleições de 1994 já pelo PP. Um novo escândalo vinculou-o à contravenção do jogo do bicho. Em uma lista, apreendida pelo Ministério Público, nomes de vários políticos apareceram como receptadores de doações do bicheiro Castor de Andrade. Nesse mesmo ano, as eleições no estado do Rio de Janeiro foram anuladas devido a suspeitas de fraude e remarcadas para dezembro, mas Jorge Gama não voltou a concorrer.

A distância relativa da imagem de Jorge Gama dos estereótipos acionados para falar de política na Baixada dessa vez não se concretizou. Mesmo minimizando os efeitos políticos da associação com o jogo do bicho em termos gerais (a partir de uma percepção não-negativa sobre o seu papel na região), a projeção política de Jorge não se restringia aos limites territoriais da Baixada, motivo pelo qual talvez tal ligação tenha repercutido negativamente em esferas mais amplas. Tal episódio não significou, no entanto, que as portas do *mundo da política* fecharam-se para ele. Dedicou-se ao escritório de advocacia, situado no Centro do Rio de Janeiro, onde prestava consultorias diversas a deputados e vereadores, mantendo assim seus vínculos com políticos profissionais e retornando ao partido de origem. Em 1998, a convite do então prefeito de Nova Iguaçu Nelson Bornier foi para a sub-secretaria de Desenvolvimento da Baixada e Municípios Adjacentes. Este cargo significava a possibilidade de novamente dispor dos *accessos*. Jorge permaneceu neste cargo até receber o convite do então prefeito de nova Iguaçu Mário Marques para assumir a secretaria de governo do município em 2002⁵⁵. Com a derrota de Mário Marques para a prefeitura de Nova Iguaçu em 2004, foi ocupar novamente o cargo que já ocupara anteriormente na Secretaria de Desenvolvimento da Baixada — cujo secretário era seu “afilhado” político, o ex-prefeito de Paracambi por dois mandatos e atualmente deputado estadual em quarto mandato, Délio César Leal (PMDB). No fim de março de 2006, com a desincompatibilização de Délio Leal, Jorge Gama foi indicado para assumir a Secretaria da Baixada. Em 2007

foi nomeado assessor especial no gabinete do Secretário estadual de governo de Sergio Cabral (PMDB).

Considerações finais

Com uma trajetória política marcada por altos e baixos, Jorge conseguiu permanecer no campo político. As práticas necessárias para perpetuar-se no mundo político da Baixada remetem ao assistencialismo/ clientelismo de um lado e/ou ao sistema de visibilidade/ marketing político, de outro. Em ambos os casos, Jorge Gama coloca-se à parte. No primeiro caso, por opção e, no segundo, por falta de recursos. A mediação tornou-se, portanto, o único modo de efetivar sua permanência na política. Criando espaços de visibilidade, circulando entre diferentes atores políticos, tendo trânsito livre em diferentes esferas do poder (Executivo e Legislativo) — desde presidentes nacionais de partidos a vereadores de cidades do interior do estado — em uma palavra, conseguindo manter os *accessos*. Seu trajetória política foi analisado tendo-se em vista a *vocação* de mediador tanto quanto a dedicação à tal atividade. Apesar de estar mais próximo da classificação de *ideológico* do que de *assistencialista*, não me parece que essa dicotomia dê conta satisfatoriamente da trajetória de Jorge Gama. Ele próprio não se define nem como uma coisa, e muito menos como a outra. Sempre esteve muito ligado ao intrincado processo de constituição de seu partido e das mudanças pelas quais ele passou — desde o vínculo com os independentes, a aproximação com Moreira Franco e a devoção a Ulysses Guimarães, até a configuração mais recente, com a entrada de Anthony Garotinho e da governadora Rosinha Matheus e com a vitória do PMDB para o executivo estadual. A adesão a uma determinada facção não o impediu de galgar posições e constituir alianças diversas dentro do partido como forma de manter as condições para sua sobrevivência política. Suas ligações com chaguistas como Jorge Leite, por exemplo, e com a própria Fundação Leão XIII, que desde o governo de Chagas Freitas, esteve vinculada a notícias de uso político, empreguismo e clientelismo nos mais diversos contextos (fundamentalmente eleitorais) foram ilustrativas dessa atuação.

⁵⁴ Entre os demais nomes de políticos de Nova Iguaçu citados estavam o de Nelson Bornier (PL), que teria sido beneficiado com 381 votos; José Távora (PFL), com 418 votos; Ernani Boldrim (PMDB), com 248 votos.

⁵⁵ Jorge Gama foi convidado primeiramente para assumir a Secretaria de Saúde no lugar de Gilberto Badaró em outubro de 2002, mas acabou permanecendo apenas na Secretaria de governo. A notícia foi veiculada pelo Jornal *O Globo*, no Caderno Baixada, em 27/10/2002 (p.9).

Assim, as formulações de uma história ou de suas versões (como prefiro) são determinadas pelos discursos e transformadas pela possibilidade de recontar e reinventar, num mover-se constante entre diversos campos, numa fluidez relacional na qual não só o tempo, mas o espaço e os possíveis interlocutores configuram distintos planos para a construção narrativa. Dentro dessa composição relacional, e portanto dinâmica, o universo político é conformado, através da apreensão de práticas próprias e de formas de experiência significativas e as mudanças das imagens da Baixada acabam também por ter impactos em sua trajetória. A tentativa de apreender as relações políticas travadas na Baixada por intermédio da narrativa de alguns de seus atores merece algumas considerações. Lidar com trajetórias implica, decerto, operar com a idéia de sucessão temporal dos acontecimentos pertinente a um (ou mais) ator (es), em alguma medida, remetida a “um deslocamento linear, unidirecional”⁵⁶. Entretanto, neste caso em particular, é a partir da construção narrativa sobre eventos de uma memória da política nacional — e de suas implicações locais — que se encontram os elementos que possibilitam recompor um quadro de forças no qual os atores em questão disputam espaço, poder, cargos e mandatos. Entremado de emoção, satisfação e críticas, o depoimento de Jorge Gama ilumina *a posteriori* aspectos da trajetória de nomes importantes da política na Baixada, em termos de visibilidade nacional e regional. Reestruturado, o discurso sobre si funde-se com a história da nação, da cidade, da Baixada, a justificativa de sua *transformação/ conversão* em ator político aparecendo como uma seqüência de proposições verdadeiras e significativas para além do âmbito de uma escolha individual e/ ou egoísta, ou seja, surgindo como *vocação*. Nesse sentido, há uma lógica retrospectiva e prospectiva no relato do entrevistado que é organizada a partir de fatos significativos para si e para quem o “interroga”. O antropólogo, como o inquisidor, contribui para o condicionamento da produção desta “fala” tanto quanto a relacionada a uma acusação de feitiçaria⁵⁷, ou ainda àquela ligada à narrativa de acontecimentos nacionais como as Diretas Já, a partir da perspectiva de Jorge Gama. O sujeito da narrativa constrói seu próprio romance, atribuindo constância e conseqüência aos

momentos selecionados, marcando passagens, omitindo outras, revelando assim a preocupação em apresentá-lo como um *continuum* coerente e conciso.

No entanto, a percepção de que o mundo social é marcado por acontecimentos cuja sucessão no tempo não é unilinear evidencia a multiplicidade e a profusão das relações que perpassam os indivíduos, pensados aqui como sujeitos fracionados, mas interligados no interior do campo social. Apresentar as intrincadas relações políticas na Baixada a partir da *versão* de Jorge Gama não significa retirá-las de seu campo e das relações de poder aí existentes, mas antes, afirmar o caráter de artefato da narrativa e, ao mesmo tempo, encará-la como potencialmente produtora de realidades.

Referências

- ABREU, Alzira. “Jornalistas e jornalismo econômico na transição democrática”. In: _____, LATTMAN-WELTMAN, F. e KORNIS, M.; *Mídia e política no Brasil. Jornalismo e Ficção*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- _____ et al. *Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/ FGV, 2001.
- BARRETO, Alessandra Siqueira. *Cartografia Política: as faces e fases da política na Baixada Fluminense*. Tese (Doutorado em Antropologia). Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/ UFRJ, 2006.
- _____. “Um olhar sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores”. In: *Campos*, 5 (2), 2004, p.45-64.
- ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio. Uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH, CLIO, 2003.
- _____. *Igreja Católica: opção pelos pobres, política e poder. O caso da paróquia Pilar*. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Política). Rio de Janeiro: PUC RJ, 1991.
- AVRITZER, Leonardo. “Conflito entre a sociedade civil e a sociedade política no Brasil pós-autoritário: uma análise do impeachment de Fernando Collor de Melo.” In: ROSENN, K. e DOWNES, R. *Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.
- BEZERRA, Marcos Otavio. Em nome das “bases”. Política, clientelismo e corrupção na liberação de recursos federais.

⁵⁶ BOURDIEU, *op. cit.* p.183.

⁵⁷ GINZBURG, C. “O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações”. In: *A Micro-História e Outros Ensaios*. Lisboa: Difel, (Memória e Sociedade), 1989.

- Tese (Doutorado em Antropologia). Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 1998.
- _____. *Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1994.
- BORGES, Antonádia. *Tempo de Brasília. Etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Núcleo de Antropologia da política, UFRJ, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica". In: *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. Tradução Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.
- _____. *O poder simbólico*. São Paulo: DIFEL, 1989.
- CASTRO, Celso. "Comentários". In: VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina (orgs.). *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
- CHAVES, Christine A. *Festas da política. Uma etnografia da modernidade no sertão (Buritiz, MG)*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Núcleo de Antropologia da política, UFRJ, 1996.
- CORADINI, Odaci Luiz. *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará (Coleção Antropologia da Política), 2001.
- DINIZ, E. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- GINZBURG, C. "O inquisidor como antropólogo: uma analogia e suas implicações". In: *A Micro-História e Outros Ensaios*. Lisboa: Difel, (Memória e Sociedade), 1989.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, [1959] 1975a.
- _____. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, [1963] 1975b.
- GRYNSZPAN, Mário. "Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti", In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.14. Rio de Janeiro: Vértice, ANPOCS, outubro, 1990.
- KUSCHNIR, Karina. *Política e sociabilidade: um estudo de antropologia social*. Tese (Doutorado em Antropologia). Rio de Janeiro: PPGAS, Museu Nacional/UFRJ, 1998.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, [1949] 1975.
- LOPEZ Jr., Feliz Gracia. *As relações entre executivo e legislativo no município de Araruama*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2001.
- MITCHELL, J. Clyde. *Social Networks in Urban Situations*. Manchester: Manchester University Press, 1971.
- PALMEIRA, Moacir e HEREDIA, Beatriz. "Os comícios e a política de facções". *Anuário Antropológico*, 94, 1995.
- SARMENTO, Carlos Eduardo. "A morte e a morte de Chagas Freitas. A (des)construção de uma imagem pública: trajetória individual e reelaboração memorialística". Rio de Janeiro: CPDOC, 1999.
- SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- SKIDMORE, Thomas. "A queda de Collor: uma perspectiva histórica". in: ROSENN, K. e DOWNES, R. *Corrupção e reforma política no Brasil: o impacto do impeachment de Collor*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.
- TEIXEIRA, Carla Costa. *A honra da política: decoro parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional (1949-1994)*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Núcleo de Antropologia Política, 1998.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- VIEGAS, Ana Claudia Coutinho. *Trocas, facções e partidos: um estudo da vida política em Araruama – RJ*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 1997.
- WEBER, Max. "Politics as a vocation", In: PIZZORNO, Alessandro (ed.). *Political sociology. Selected readings*. England: Penguim Books Ltd., 1971.